



ESTUDO DE CASO: PROGRAMA INSTITUCIONAL “REDE CATARINA DE PROTEÇÃO À MULHER” DA POLÍCIA MILITAR EM PORTO UNIÃO - SC

Marcos Aurélio Ariatti - Uniarp
marcosariatti@gmail.com

César Augusto Morais Junior - Uniarp

Viviane Aparecida Trindade - Uniarp

José Luiz Gonçalves da Silveira - Uniarp

RESUMO: A complexidade do cenário atual e o acelerado processo de mudança exigem o desenvolvimento de novos produtos e tecnologias, inovando e aperfeiçoando constantemente as estratégias de gestão. A Polícia Militar de Santa Catarina, Instituição participante dessa realidade, buscou repensar o seu modelo de gestão de segurança pública, integrando novos olhares e elaborando novas ações, para lidar com os problemas recorrentes e emergentes, com intuito de obter melhores resultados aos processos e produtos, relacionados à ordem pública e paz social. Neste sentido, o presente estudo teve o objetivo de colaborar com uma visão de segurança pública contemporânea que, em certo grau de influência e ações colaborativas e cooperadas, influenciassem positivamente o desenvolvimento econômico de uma localidade, de uma região ou do próprio país. Para isso, a abordagem metodológica, envolveu um aporte teórico consubstanciado na teoria novo-desenvolvimentista, associado ao modelo de polícia profissional. A pesquisa se caracterizou como básica, utilizando o estudo de caso do Programa Institucional - Rede Catarina de Proteção à mulher, que representa uma aplicação da Polícia Militar à luz das teorias novo-desenvolvimentistas. Os resultados indicam uma relação entre a manutenção da ordem e a utilização de estratégias inovadoras, afetando o desenvolvimento humano e socioeconômico do local, da região e do país. Conclui-se que o exercício da cidadania exige a proteção dos direitos das pessoas, da dignidade humana e da integridade física e material, que constituem as bases da segurança, como um bem público, aos quais todas as pessoas devem ter acesso, e como tal, sua provisão é de responsabilidade do Estado. Destaca-se como contribuições do presente estudo, que para a ocorrência do desenvolvimento econômico e social - em uma determinada comunidade, é necessário desenvolver políticas públicas para reduzir a criminalidade e a violência, bem como, potencializar a participação ativa da sociedade, especialmente nas comunidades locais e na construção da segurança cidadã.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas; Direito; Segurança; Direito; Proteção da mulher.